

Imigrantes teutos e suas relações interétnicas no século XIX aos olhos da intelectualidade brasileira

Teutones los inmigrantes y sus relaciones interétnicas en el siglo XIX a los ojos de la inteligencia brasileña

Lucas Eduardo Ramos*

RESUMO: No início do século XIX, temos a chegada das primeiras levadas de imigrantes teutos e de outras regiões europeias em solo meridional brasileiro. No primeiro século da chegada dos colonizadores, houve uma profusão de muitas posições raciais e nacionalistas por parte do governo, este influenciado por uma fina, mas influente camada de intelectuais. Trazidos inicialmente ao Brasil por interesses econômicos e territoriais e apoiados por doutrinas darwinistas de superioridade racial, os migrantes encontram um Estado menos receptivo do que se anunciava, fato demarcado no decorrer dos anos pela carência de infraestrutura. A população teuta, ao longo dos anos, se mescla a outras etnias, em oposição a grupos políticos e sociais defensores do germanismo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações interétnicas, imigração alemã, Brasil Império, darwinismo social.

RESUMEN: En el siglo XIX, tenemos la llegada de las primeras oleadas de Germanos e inmigrantes de otras regiones europeas en el suelo del sur Brasil. En el primer siglo de la llegada de los colonos, hubo una profusión de muchas posiciones raciales y nacionalistas por el gobierno, que fue influenciado por una capa delgada por los intelectuales influyentes. Inicialmente, traídos a Brasil por los intereses económicos y territoriales y apoyado por las doctrinas de Darwin de la superioridad racial, la los inmigrantes son menos receptivos a un estado que se anunció, un hecho demarcadas en los últimos años por la falta de infraestructura. La Teuta población, en los últimos años, se mezcla con otros grupos étnicos, a diferencia de grupos políticos y sociales a los defensores de los germanos

* Mestre em Educação pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Endereço eletrônico: ler.7@hotmail.com

Introdução

Analisar as relações dos imigrantes germânicos no Brasil, desde sua chegada em 1824, é de veras complexo demais. Isso devido tanto às diversas regiões e realidades sociais, onde eles foram inseridos ao longo do processo de povoamento. Além do fato de as migrações terem se dado em diferentes levas e datas. Nesta pequena produção, vou me limitar a fazer um apanhado sobre a opinião geral dos mais conhecidos intelectuais sobre as relações étnicas e interétnicas desses imigrantes no sul do Brasil, especificamente nas regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A dura realidade colonial

O antropólogo Emilio Willems (1946) escreveu, nos anos 1940, um estudo antropológico sobre a aculturação dos alemães e seus descendentes diretos, no sul do Brasil. Com o uso dele, posso apontar alguns fatos sociais daquela realidade. Os comentários trazidos do cotidiano economicamente empobrecido dos primeiros imigrantes são um consenso acadêmico, respaldado por Schwartzman (1984) e Sandra Pesavento (1992). O primeiro, ao se referir à colônia de Itajaí em Santa Catarina, relata que os colonos estrangeiros ali instalados estavam entregues à sua própria sorte, no que diz respeito a escolas, estradas ou assistência médica. Segundo o autor, era notória a ausência do governo, este se manifestava apenas em dois momentos distintos, para cobrar impostos devidos ou para mendigar votos.

A análise de Willems nos traz dados como a grande mortalidade de colonos em meio a tentativas de adaptação ao meio. Ele cita uma colônia de 1717 membros que, devido a pestes como disenteria, tifo e malária, foi reduzida a 901 pessoas em menos de um ano. A dificuldade em relação às mudanças de hábitos alimentares e ao clima resultou em muitas perdas humanas em meio aos teutos.

As famílias de colonos de imigrantes descritas eram paupérrimas, muitas das residências não possuíam sequer mobília, expondo as pessoas a graves deficiências sanitárias. Quanto às instalações e às propriedades em solo gaúcho, Lúcio Kreutz (1991) aponta alguns números sobre o tamanho dos lotes rurais destinados a cada família. No início da colonização, o governo dava 75 hectares, mais adiante esse número diminuiu para 50, e, após 1890, essa média foi reduzida para apenas 25 hectares.

O fato de haver muitas terras em abundância ajudava muito naquela sociedade rural, onde os patriarcas necessitavam de uma grande prole para dar conta do trabalho nas terras e garantir um sustento, ainda que somente básico, para a numerosa família. Willems (1946) fala sobre a realidade organizacional da família germânica, onde a casa original ficava para os pais e um membro da família com sua nova prole, em troca de cuidar dos idosos. Como raramente havia condições de compra de novas terras, restava aos outros primogênitos arrendarem outras terras, tornar-se assalariado em terras de outrem, ou migrar para a cidade em busca

de trabalho. Esta última opção passou a se tornar comum com a escassez da terra, pois a base da família-tronco germânica dependia da disponibilidade contínua de terras, quando estas se tornavam raras, essa base ficava ameaçada.

Embora a tradição daquela sociedade rural fosse patriarcal, a mulher desempenhava um papel ativo em muitas decisões importantes. Os contatos com os parentes eram relativamente raros e se limitavam aos assuntos internos das famílias.

Casamento nas colônias germânicas

Um contexto colonial, culturalmente inacessível, em meio ao século XIX, sem dúvida, trazia muitas particularidades de convívio, relações muito intensas de disciplina moral e poder. Esses modelos de relações conjugais eram herança do modelo Europeu cristão, variando apenas da influência religiosa local, se católica ou evangélica, a depender da comunidade. Foucault (2006) atribui ao Estado a gênese do controle do sexo na sociedade europeia. Nos séculos XVIII e XIX, o governo vitoriano passou a fiscalizar a vida sexual, restringindo a tolerância de sua prática legal apenas aos cônjuges de sexos opostos, o rompimento dessas regras “[...] merecia de qualquer modo condenação. Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal [...]” (Foucault, 2006, p. 45). Os tribunais do velho continente também costumavam condenar juridicamente a homossexualidade e a infidelidade.

Os dados recolhidos por Willems (1946) são de pequenas localidades rurais, onde não eram toleradas diversas posturas, para os homens e para as mulheres. Do comportamento feminino, era esperado que a moça fosse virgem até o casamento, a prostituição não era tolerada sob hipótese alguma. O autor compara a situação a locais específicos do interior da Alemanha meridional e ocidental, onde havia costumes mais liberais, representados pelas chamadas noites de prova. Nessas noites, o jovem casal, instalado na casa dela, desfrutava de um quarto fechado, sem interferência dos pais ou irmãos. Os dois testavam se a aptidão física em comum era suficiente para um matrimônio, caso a relação não vingasse, os dois dissolviam o compromisso. Mas a moça não pegava “má fama”, pois logo outro rapaz apareceria para propor namoro, embora tais costumes fossem aceitos na base de compromisso, e não bem vistos se a jovem recebesse diversos parceiros.

Willems segue comparando as culturas sociais dos imigrantes e da Alemanha, a terra de origem. Essas noites de prova não eram aceitas na zona urbana, lá os rapazes deveriam procurar as casas de prostituição, e ainda de modo silenciado, pois não contribuíam em nada para a fama social do sujeito. Embora, aos poucos, a virgindade foi deixando de ser indispensável. Em outro comparativo, se relaciona a idade dos nubentes, na terra de origem e no Brasil. Ao final do século XIX, temos registros na comunidade evangélica de São Leopoldo de uma média de 22

a 27 anos para os homens, e de 17 a 23 para as mulheres. Sendo que em dados recolhidos até o ano de 1933, havia rapazes com 17 e garotas com 12 anos. Índice considerado muito baixo em comparação com a Alemanha na época.

Para os rapazes e as moças, era reservado um pequeno pedaço de terra dentro da própria propriedade, para que dali os jovens tirassem algum produto que mais tarde seria trocado nas vendas e armazéns por artigos particulares. As crianças adquiriam um chapéu de palha, tecidos para alguma peça de vestuário; já os rapazes gastavam em jogos de cartas ou em cigarros.

Em torno dos 15 anos, começavam a frequentar os bailes, onde só gastavam os rapazes, comprando bebidas e condimentos como latas de sardinha e ameixas, para depois consumir entre garotos e garotas. Inicialmente, a roupa para o baile era a mesma de domingo, que incluía chapéus e dança descalça. Mais tarde, o elemento do chapéu desapareceu e passaram a frequentar as festas calçados. Havia mudanças ininterruptas nos hábitos comportamentais e na indumentária, sempre influenciados pelos novos modos urbanos, considerados mais civilizados.

Na realidade interiorana gaúcha, o casamento se tratava também de um rito de iniciação, desejado pelo rapaz e precocemente maturado pela sociedade. Em parte, devido às intensas dificuldades econômicas, onde numa relação de casais, um ajudaria o outro fazendo sua parte, dividindo tarefas e custos. Assim, o ritual do casamento colocava o jovem no verdadeiro patamar dos homens.

A virgindade era um pré-requisito para o matrimônio nos moldes tradicionais, tanto que se descobrisse que a noiva já fora deflorada, nem ela poderia aparecer de grinalda, nem o noivo de ramallete por ocasião do casamento na igreja. Na comunidade de Jequitibá, se punia com multa de 30 mil réis a noiva desonesta que se casava usando grinalda e depois dava à luz um filho em menos de 7 meses. Tanto o jovem quanto a jovem colona eram extremamente fiscalizados pela moral local nessas pequenas localidades. Um rapaz que abandonasse a moça grávida era alvo do ódio e do desprezo de toda a comunidade, traições conjugais também não eram nada bem vistas. Foucault (2006) fala da construção do modelo de casal legítimo durante os séculos XVIII e XIX, na Europa, este seria monogâmico e de sexualidade discreta, sem ferir o sexto mandamento.

Havia certas particularidades nas relações matrimoniais, antes mesmo de começar o namoro se acertava a data do casamento, depois se namorava em média um ano e meio a dois. Era recomendado que o(a) futuro(a) companheiro(a) fosse da mesma crença religiosa, sendo comuns as uniões endogâmicas.

A realidade econômica e financeira parecia ter forte influência nos laços matrimoniais oficiais, as famílias mais abastadas procuravam casar seus filhos com outras também estabilizadas economicamente. No caso de famílias mais pobres, o lote que o jovem casal iria habitar teria de ser originado da parte do rapaz, caso a família do noivo não pudesse ajudar, ele pediria dinheiro emprestado para adquirir o terreno. Já as filhas

[...] recebem dos pais, por ocasião do casamento, um cavalo de montaria com selim, utensílios de cozinha [...] roupa de cama completa em pano ou já confeccionada, um ferro de passar roupa, uma máquina de costura e em geral também algumas cabeças de gado [...] (WILLEMS, 1946, p. 436)

Em fins de abril e maio, se realizava a colheita do milho, que era a base da economia alimentar e também do gado. Nessa época, era realizada a maioria dos casamentos, que acontecia na localidade de um dos noivos, era oferecido um pequeno baile com banquete. Uma vez casados, os dois iniciavam imediatamente a lide de colonos, a mulher acompanhava o marido em praticamente todas as tarefas da terra, menos na derrubada de mata virgem, já que esta demandava força física e ficava somente a cargo da parte masculina.

Teorias raciais

Neste tópico, veremos a avaliação da intelectualidade nacional e internacional sobre as relações étnicas e interétnicas dos imigrantes e seus descendentes diretos no Brasil, sob vários aspectos e diversos pontos de vista. Schwarcz (1993) nos traz a opinião de Silvio Romero que, em fins do século XIX, tinha uma visão mestiça e multicultural do País, mas antes da chegada desse momento histórico, o pensamento predominante estava muito distante desse.

Em 1869, o cientista britânico Francis Galton lançou o livro *Hereditary genius*, após ler *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin. A obra de Galton foi considerada a gênese da eugenia, considerada uma doutrina prática do darwinismo social que defendia o melhoramento genético humano. Esta embasava proibições aos casamentos inter-raciais, e restrições a primogênitos de alcoolistas, epiléticos, deficientes e afins. Esse movimento científico passou a ser adotado na Europa e nos Estados Unidos a partir de 1880.

Dante Moreira Leite publicou *O caráter nacional brasileiro*, em 1954, argumentando que algumas teorias raciais adotadas no Brasil do século XIX eram fortemente influenciadas pelo imperialismo, ou neocolonialismo, que justificava o domínio cultural e a superioridade europeias. Da mesma forma, o brasilianista norte-americano Thomas Skidmore lançou, em 1976, o livro *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, que compreendia a simples adoção dessas políticas de branqueamento, embasadas por teorias do darwinismo social, como mera repetição de uma tendência considerada mais avançada intelectualmente, não passível de ser discutida em *Terra Brasilis*.

O antropólogo norte-americano George Stocking, em obra lançada nos anos 1960, dizia que até o início do século passado a ideia de raça se formava em contraponto ao iluminismo do século XVIII, que pregava uma visão una da humanidade. Essas discussões geraram duas doutrinas evolucionistas; o monogenismo, que entendia as raças como provenientes de uma fonte comum, e o poligenismo, que dizia haver vários centros de criação humana ao redor do mundo. Essa última teoria embasava interpretações biológicas sobre o comportamento humano,

materializadas posteriormente na forma de frenologia e antropometria, segundo Schwarcz (1993).

Embasados teoricamente pelo darwinismo social, alguns cientistas ligados a centros de estudos antropológicos defendiam a poligenia e a eugenia. Lilia Schwarcz, em seu texto, cita E. Renan (1823-92), teórico que compreendia a existência de três raças básicas: o branco, o negro e o índio. Em sua tese, negros e índios não faziam parte da civilização e seria impossível que ambos se integrassem a ela.

Contemporâneo de Renan, o conde francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-82) discutia a inviabilidade do progresso para nações formadas de sub-raças mestiças. Em 1855, lançou *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, que se tornou um dos primeiros trabalhos sobre eugenia e racismo publicados no século XIX. Morou no Brasil a trabalho durante alguns anos, aqui desenvolveu amizade com o imperador Pedro II, mesmo não compartilhando muitas de suas opiniões. Para Gobineau, o reino do seu amigo imperador não teria futuro devido à grande presença da mistura racial, que geraria mestiços e pardos degenerados e incivilizáveis. Conforme sua fala, “o resultado da mistura é sempre um dano”. Gobineau ([S.I.], *apud* Schwarcz, 2001, p. 64).

O historiador e sociólogo Francisco José de Oliveira Viana foi um dos ideólogos da eugenia racial brasileira, lançou *Raça e Assimilação* (1932), onde afirmava a superioridade ariana, em contato com as diversas povoações que iam “[...] distinguindo-se em grupos retardatários em grupos de organização superior: desde o asteca e do inca, senhores de uma alta civilização, até ao tapuia neolítico, puro caçador nômade, ainda numa fase rudimentar de civilização.” (Vianna, 1959, p. 14). Em seus textos, ele combatia também a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil.

A maioria desses intelectuais investigava culturas consideradas atrasadas e via no escopo do branqueamento populacional uma solução viável para a jovem nação mestiça brasileira. Roswithia Weber (2004) afirma que em muitos discursos políticos no município de Novo Hamburgo, na virada do século, o germanismo era um ideário defendido pelos descendentes de imigrantes teutos. Representava uma maneira de afirmação da superioridade racial, consolidada pelo *ethos* atribuído ao imigrante europeu branco e trabalhador.

A miscigenação

Oliveira Vianna traz alguns dados gerais sobre o *melting-pot*¹ entre as etnias presentes no Rio Grande do Sul na década de 1920:

¹ O multiculturalismo, ou pluralismo cultural, designa a existência de muitas culturas numa localidade, país, sem que uma delas predomine sobre as outras. No caso brasileiro, temos diversas culturas misturadas e amalgamadas sem a intervenção direta do Estado.

Tabela I – COEFICIENTES DE HOMEGENEIDADE PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1925-7) (VIANNA, 1959, p. 104).

ETNIAS	Casais homogêneos	Número de Nubentes	Coefficientes de homogeneidade
Brasileira	46.357	92.714	93,71%
Alemã	188	376	0,36%
Italiana	94	188	0,19%
Portuguesa	38	76	0,07%
Espanhola	15	30	0,03%
Diversas	108	1.016	1,02%
Casais homogêneos	47.200	94.400	95,40%
Casais mistos	2.266	4.532	4,50%
Total	49.466	98.932	100,00%

No Rio Grande do Sul, temos um baixo coeficiente de *melting-pot*, sobretudo, levando em conta o menor coeficiente de miscigenação que é o da etnia alemã, em comparação com as outras, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela II – O MELTING-POT RIO-GRANDENSE (1925-27) (VIANNA, 1959, p. 110).

ETNIAS	Nubentes em geral %	Nubentes dos casais homogêneos %	<i>Melting-pot</i> (a-b) %
	(a)	(b)	(c)
Brasileira	96,23	93,71	2,52
Alemã	0,93	0,36	0,57
Italiana	0,68	0,19	0,49
Portuguesa	0,34	0,07	0,27
Espanhola	0,14	0,03	0,11
Diversas	1,67	1,02	0,65
Total	100,00	95,40	4,60
Coeficiente geral de homogeneidade			95,40%
Coeficiente geral de fusão			4,60%
			100,00%

Esses dados demonstram um baixo índice de miscigenação interétnica no Estado, demonstrando que especialmente a etnia germânica evitava a assimilação com nativos, por exemplo. Exceto no momento inicial, quando houve grande falta de mulheres da mesma origem. Foi o caso da colonização de Blumenau, onde havia entre os imigrantes a proporção de 10 homens para uma mulher alemã, segundo Willems (1946). Já num segundo momento, com a migração mais proporcional, os casais voltaram a preferir noivas de sua própria etnia.

Schwartzman (1984) sustenta que a dificuldade de assimilação dos imigrantes alemães com outras etnias estava relacionada à profunda consciência patriótica que os ligava como um grupo. O abandono do governo frente a esse grupo só fortalecia essa postura. O autor cita discurso de Getúlio Vargas, culpando os governos anteriores pela negligência em relação a essas colônias:

[...] a culpa foi dos governantes que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. [...] Só pediam duas coisas: escolas e estradas [...] No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão de existência de governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhe impostos, ou como mendigo, para licitar-lhes o voto. [...] VARGAS (*apud* SCHWARTZMAN, 1984, p. 157-158).

Tal postura acentuava a visão negativa dos imigrantes frente ao Estado daquela nova pátria. Havia ainda um preconceito sobre a fama de preguiçosos dos brasileiros nativos, chamados em determinadas regiões de caboclos. Conceito esse que veio a se afirmar no início do século XX. Era mais um motivo para os alemães procurarem companheiras da mesma etnia, ou similares que tivessem a mesma disposição laboral, como descendentes de poloneses e italianos.

Willems (1946) aponta mais elementos que contribuíram para pouco a pouco haver uma maior miscigenação de teutos com outros grupos. A industrialização foi um deles, o trabalho fabril fechado num só local contribuiu para relações mais íntimas. Os casamentos interétnicos entre classes mais altas eram comuns em capitais como Porto Alegre e Curitiba, tendo como interesses comuns a riqueza e a educação. Voltando às classes mais populares, um matrimônio misto também era um meio de ascender socialmente, visto que as condições de vida no campo e nas colônias não ofereciam oportunidades de progresso.

Um dos veículos de comunicação mais usados pelos defensores do conservadorismo da tradição germânica era o periódico *Kalender*, que se posicionava contra a miscigenação entre descendentes de alemães e outras etnias, ainda que muito próximas. Alguns textos representavam a mulher como juíza da salvação ou da perdição da família alemã. Uma vez que um casamento interétnico ocorria, o mais danoso seria o de um alemão com uma esposa de outra raça, pois daquele relacionamento haveria perdas genéticas, da língua e da fé (esta última apoiada pelo racismo do Protestantismo Luterano), sobretudo na união, onde um alemão

[...] leva para casa uma romana. Este vai sozinho para a roça, planta, limpa e capina sozinho, ele se mata de trabalhar e trabalhar, pois com o sangue alemão ele herdou, também, a diligência. Mas, sozinho, ele não consegue nada. Falta a metade. O trabalho o sufoca. Por fim, ele se desespera, joga a enxada no chão e abandona a esperança de uma vida melhor. Aborrecido, ele agora planta apenas o necessário para satisfazer um escasso sustento. Divida si pressionam. A bela casa com a qual sonhou, com paredes brancas e janelas de vidro, como tinham

os seus pais, não é construída. O rancho coberto com a grama e com as paredes de argila, que presenciou a alegria de sua lua-de-mel será o asilo de sua velhice, onde ele, consciente de ser um fardo para seus filhos, encontrará o descanso eterno. *Kalender* (1924) (*apud* Meyer², 2000, p. 98-99).

Na mesma linha de pensamento, Meyer (2000) traz o jornal *Deutsche Post*, na edição de 1925³, que responsabiliza a mulher teuta como a legítima mãe da nação germânica, cabendo a ela gerar a linhagem alemã. E trazia o homem, na figura de pai, representado na imagem do Brasil, o país onde se trabalhava e tirava o sustento, sendo ele o provedor da família. Ficando clara aqui a questão do gênero que define sexualmente o papel dos imigrantes e descendentes, na visão da imprensa germânica.

Conclusões sobre a mistura interétnica e o germanismo

Revista a profusão das diversas posições raciais e nacionalistas assumidas pelo governo, este influenciado pelos intelectuais racialistas, que eram embasados por doutrinas darwinistas de superioridade racial. Já comentado no tópico anterior, o chamado germanismo, em alemão *Deutschtum*, entende-se como uma significação ideológica de defesa da cultura germânica no Brasil. Posição consolidada pelos germanistas, por volta do final do século XIX, explica Gertz (1991). Filosofia relativamente complexa que envolve conceitos de *Volk* (povo), *Vaterland* (pátria), *Volksdeutscher* (pessoa de etnia alemã, mas que não é um cidadão alemão), entre outros. Discussões travadas a fim de definir a identidade real do teuto-brasileiro, sendo ele parte legítima do povo alemão ou não. Os germanistas no sul do Brasil, desde a chegada até o início do século XX (quando foram anulados pelo nacionalismo Varguista), detinham uma imprensa teuta voltada para a manutenção de seus interesses, baseados em três principais segmentos: escolas, igrejas e jornais (Meyer, 2000).

Mas mesmo antes da ditadura homogeneizadora nacionalista, já no século XIX, havia tendências de miscigenação por toda a região sulista, motivada por vários fatores, desde econômicos até de proporção de sexos opostos, apesar das ideologias germanizadoras presentes. Porém, com uma intensidade bem menor que na do século seguinte, como aponta Vianna (1959) em seu quadro de baixo coeficiente de *melting-pot* sulista.

² O material do período *Kalender* aqui citado foi compilado pela pesquisadora Dagmar Meyer para composição da sua tese - *Identities Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul* (2000).

³ O material do período *Deutsche Post* aqui citado foi compilado pela pesquisadora Dagmar Meyer para composição da sua tese - *Identities Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul* (2000).

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COELHO DE SOUZA, J. P. *Denúncia: O nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Thurmman, 1941.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: ed. Círculo do Livro, 1987.
- _____. *Nós e a Europa germânica*. Rio de Janeiro: ed. Grifo, 1971.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. RJ: Edições Graal, 2006.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O Perigo Alemão*. 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.) *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 27-64.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. Da UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991.
- MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (org). *Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura - etnicidade - história*. 1ª. ed. Canoas: ULBRA, 1994.
- MEYER, Dagmar E. E. *Identidades Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Ed. Sinodal, 2000.
- OBERACKER, Carlos H. *A contribuição teuta a formação da nação brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ed. Presença, v. 1, 1985.

_____. *A contribuição teuta a formação da nação brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ed. Presença, v. 2, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro! Campanha de nacionalização efetivada no estado novo*. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras, de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: Ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí*. 1ª ed. Florianópolis: FCC, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Políticas e Ideologias da Educação”, “A Constituição da nacionalidade”, *Tempos de Capanema*. Paz e Terra, EDUSP, 1984, p. 51-75 e 141-170.

WEBER, Roswithia. *As Comemorações de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

WILLEMS, Emilio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Nacional, 1946.

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Recebido em: 01/09/2010

Aprovado em: 05/06/2011